

RELATÓRIO TRIMESTRAL

Estado de preparação e acompanhamento do processo de acesso do Brasil à OCDE

REFERÊNCIA
SET-OUT-NOV
2021

CONSELHO BRASIL – OCDE
Secretaria Executiva do Conselho Brasil - OCDE

CONTEXTO

O Relatório sobre o estado de preparação e o acompanhamento do processo de acesso do Brasil à OCDE tem o objetivo de apresentar aos integrantes do Conselho Brasil-OCDE e demais atores interessados as ações desenvolvidas ao longo do trimestre compreendido entre junho e agosto de 2021. As ações compiladas nesse documento tratam dos seguintes pontos:

1. **Deliberações do Conselho e Comitê Gestor Brasil-OCDE;**
2. **Convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE;**
3. **Participação do Brasil na OCDE; e**
4. **Informações gerais sobre ações de articulação realizadas em diversos níveis.**

1. DELIBERAÇÕES DO CONSELHO E COMITÊ GESTOR BRASIL-OCDE

Entre setembro e novembro de 2021 foram realizadas três reuniões do Comitê Gestor do Conselho Brasil-OCDE e uma do Conselho Brasil-OCDE, cujas principais discussões e deliberações estão apresentadas na tabela abaixo:

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
12ª Reunião do Comitê Gestor 24/09/21 PROCESSO SEI 00020.001334/2021-03	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do MMA sobre preparativos para participação brasileira na COP-26;• Estratégia brasileira para reunião do Conselho Ministerial da OCDE (alinhamento de falas e documento com ideias-força encaminhado pelo MRE);• Estratégia de solicitação de adesão a instrumentos legais da OCDE (deliberação sobre priorização e critérios de seleção adiada para próxima reunião do Comitê Gestor);• Apresentação de informações sobre:<ol style="list-style-type: none">a) Parceria com Enap para oferta de curso EaD de noções básicas sobre OCDE e realização de webinários para discussão de temas relacionados à OCDE (SEREX/CC);b) Situação dos instrumentos para os quais o Brasil solicitou adesão (MRE);c) Tributação de grandes empresas e precificação de carbono (SAIN/ME);• Financiamento do Economic Survey do Brasil (ME).
2ª Reunião do Conselho Brasil-OCDE 30/09/21 PROCESSO SEI 00020.000837/2021-53	<ul style="list-style-type: none">• Estratégia de Governo (aprovada);• Política de Comunicação (aprovada);• Inclusão da Secretaria de Governo da Presidência da República – SEGOV, no Conselho Brasil-OCDE (aprovada);• Estratégia brasileira para Reunião do Conselho Ministerial da OCDE (MCM) em outubro de 2021 (aprovada);• Apresentação sintética das atividades de 2020 sobre estado de preparação e de acompanhamento do futuro processo de acesso do Brasil à OCDE e relato do MRE sobre iniciativas político-diplomáticas voltadas ao processo de acesso.

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
<p>13ª Reunião do Comitê Gestor 22/10/21</p> <p>PROCESSO SEI 00020.001535/2021-01</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Secretaria Especial de Modernização do Estado, da Secretaria-Geral; • Estratégia de adesão a instrumentos legais da OCDE: critérios, lista de prioridades e proposta de escalonamento da análise em função do grau de maturidade (aprovada); • Relatório trimestral Jun-Jul-Ago 2021 sobre o Estado de Preparação e Acompanhamento do Processo de Acesso do Brasil à OCDE (aprovado); • Pagamento ao Departamento Econômico da OCDE (a ser deliberado por e-mail); • Relato sobre a participação brasileira na MCM 2021 (Casa Civil, MRE e ME); • Atualização de informações acerca do andamento da revisão por Pares do Centro de Governo e divulgação do 1º encontro do Ciclo de Webinários, com o tema “Iniciativas na Promoção da Integridade Pública” (CC/PR).
<p>14ª Reunião do Comitê Gestor 19/11/21</p> <p>PROCESSO SEI 00020.001673/2021-81</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Apresentações do MEC e do MRE sobre a pauta educacional na OCDE”; • Ritmo para adesão a novos instrumentos; • Cancelamento de recursos orçamentários da SEREX; • Pedido do Ministério do Turismo para elevar a participação brasileira no Comitê de Turismo da OCDE à condição de participante; • Relação de instrumentos legais priorizados, para início dos respectivos processos de adesão.
<p>Deliberações por Correspondência Eletrônica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0429: Recomendação do Conselho sobre os Princípios Fundamentais da Regulamentação da Previdência Privada; • Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0436: Recomendação do Conselho sobre Estratégias de Financiamento de Riscos de Desastres; • Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0457: Recomendação do Conselho sobre Inovação Responsável em Neurotecnologia; • Manutenção da adesão ao OECD/LEGAL/0282: Recomendação do Conselho sobre os Princípios para facilitar a cooperação internacional em tecnologia envolvendo empresas (Após a revisão: “Recomendação para Facilitação da Cooperação Internacional em Tecnologia entre e com Empresas”).

*As principais discussões e deliberações aqui apresentadas não substituem o inteiro teor das decisões conforme constam nas respectivas atas de reunião.

2. CONVERGÊNCIA DO BRASIL AOS INSTRUMENTOS DA OCDE

Com relação às ações de convergência, está em andamento o processo de consolidação das manifestações setoriais para os instrumentos prioritários, conforme critérios vigentes. No trimestre de referência, houve aprofundamento técnico sobre temas prioritários para o processo de preparação para a adesão do Brasil à OCDE, como, dentre outros:

Eixo Econômico

- Código de Liberalização de Operações Correntes Intangíveis - Conselhos Profissionais;
- Aspectos jurídicos e orçamentários da contratação de peer review da OCDE;
- Informações sobre os instrumentos legais da OCDE que possuem relação com o ME;
- 4ª reunião do Conselho de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX);
- Recommendation of the Council on OECD Legal Instruments Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security;
- Informações gerais sobre a Segurança Cibernética no Brasil e sua relação com a OCDE;
- G-20 – Fórum Internacional que reúne as 20 maiores economias do mundo;
- Workshop Reg-OCDE: Convergência Regulatória às Melhores Práticas Internacionais;

- OCDE – Proteção de Dados;
- Participação do setor privado no processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- Visão geral sobre tema tributação tratado na OCDE e posição atual do Brasil;
- Relatório do Banco Central do Brasil (BCB) sobre Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas;
- Instrumento OECD/LEGAL/0279: Recomendação do Conselho sobre a Determinação do Preço de Transferência entre Empresas Associadas;
- Cadernos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasil na OCDE;
- O mundo após a pandemia: o papel da OCDE;
- Artigo na Revista Interesse Nacional sobre “Oportunidades do Brasil rumo à OCDE”;
- Reunião do Conselho de Ministros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE nos dias 5 e 6 de outubro;
- Transformação Digital: OCDE e Brasil.

Eixo Socioambiental

- Reuniões do Comitê de Políticas Ambientais (EPOC);
- Green Recovery Database;
- Acompanhamento dos processos de adesão da área ambiental e de químicos;
- Análise das informações disponibilizadas para transição;
- Estudo sobre plano de ação para acompanhamento dos processos de adesão;
- Formação do TEG-IPAC;
- Preparação para participação do Brasil na COP-26;
- Conselho Interministerial de Mudança do Clima (CIM);
- Análise sobre participação do Brasil no IPAC;
- Education at a Glance;
- Food System Summit;
- Resumo Instrumentos Eixo Socioambiental.

Eixo Institucional

- Ações previstas na Revisão por Pares de Centro de Governo;
- Informação sobre os instrumentos legais e participação nos comitês relacionados ao eixo institucional;
- Reunião anual do Conselho Ministerial (MCM) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em Paris, em 05 e 06 de outubro de 2021.

3. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OCDE

Dentre os eventos da OCDE ocorridos no mês de setembro, destaca-se o encontro do GT sobre Segurança de Produtos de Consumo no dia 7, no qual o Brasil apresentou proposta de ampliação do escopo do exercício de varredura digital internacional, coliderado por Austrália e Coreia do Sul. Com

relação à inclusão de produtos como "smartphones", computadores e "tablets", foi criada a categoria "tecnologia portátil", que atende ao pleito brasileiro referente a bens de informática e celulares. Sobre a categoria "automóveis", o secretariado relatou dificuldades para incluí-la na varredura, tendo em vista que uma das diretrizes da iniciativa seria priorizar artigos cobertos em exercício semelhante realizado em 2015.

No dia 17, ocorreu, por videoconferência, reunião da Rede de Comunicadores sobre Desenvolvimento – DevCom, que teve como objetivo o intercâmbio de estratégias de comunicação sobre a situação atual no Afeganistão. Além do Secretariado da OCDE, participaram representantes da Itália, Canadá, Dinamarca, Alemanha e Brasil. No dia 21, o relatório interino da OCDE sobre as Perspectivas para a Economia Mundial ("OECD Economic Outlook, Interim Report"), intitulado "Mantendo a Recuperação no Rumo", foi apresentado pelo Secretário Geral Mathias Cormann, e trouxe novas projeções sobre a retomada do crescimento da economia mundial. No cenário previsto pela OCDE, a previsão de crescimento do PIB do Brasil em 2021 é de 5,2%, uma variação positiva de 1,5 pontos percentuais em relação ao relatório de 31.5. A nova previsão de crescimento para 2022 é mais modesta, de 2,3% (queda de 0,2%).

Entre os dias 5 e 6 de outubro foi realizada a segunda parte da Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, majoritariamente de forma presencial. Pelo Brasil, participaram dos debates em Paris o Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França; o Ministro Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira; o Ministro da Cidadania, João Roma; e o Secretário Executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany. Na ocasião, foram divulgadas a Visão da OCDE para a próxima década (*Vision Statement*) e a Declaração Final da Ministerial, que deram ênfase na reafirmação dos valores que devem nortear os trabalhos da Organização para os trabalhos futuros (democracia, Estado de direito, economia de mercado, direitos humanos e *likemindedness*). Destaca-se que, mesmo o tema não estando formalmente na agenda da MCM, Mathias Cormann logrou obter uma sinalização positiva dos Estados Unidos sobre a retomada das discussões sobre ampliação da OCDE, de interesse direto do Brasil.

Além disso, foram adotadas três novas recomendações: 0463 (Acesso Facilitado e Compartilhamento de Dados); 0464 (Governança Regulatória Ágil para Inovação); e 0465 (Transparência e Justiça Procedimental na Aplicação da Lei da Concorrência). Somadas à Declaração 0466, que traz uma nova abordagem para alinhar a cooperação para o desenvolvimento com os objetivos do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, aprovada no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento no final de outubro, o *acquis* da OCDE passa a totalizar 251 instrumentos. O Brasil é aderente, agora, a 103 instrumentos normativos.

As discussões sobre a estruturação do IPAC – Programa Internacional de Ações Climáticas, lançado em abril deste ano, continuam avançando. A 4ª reunião do Grupo de Especialistas Técnicos (TEG-IPAC) aconteceu no dia 14 de outubro, quando foi apresentada versão do *dashboard* de indicadores aprovada na reunião Ministerial da OCDE (MCM). A delegação brasileira foi integrada por representantes do MRE, MMA, MAPA e EMBRAPA.

Em reunião do Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável, no dia 18.10, foi apresentada nova versão da minuta de recomendação que busca reforçar o papel dos governos na promoção de condutas empresariais responsáveis (RBC), por meio da criação de ambiente regulatório propício à implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. A presidente do GT reiterou a intenção de se adotar a Recomendação em 2022, bem como realizar reunião ministerial sobre RBC a fim de dar mais visibilidade ao trabalho desenvolvido e engajar países não-membros da OCDE, sobretudo na África. A ideia foi amplamente apoiada pelas delegações presentes ao encontro, inclusive pela delegação do Brasil.

Na área de Educação, estão em andamento discussões no Conselho Diretor do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) quanto à frequência da aplicação das provas, com a possibilidade de se ampliar o ciclo de 3 para 4 anos, associada a um aumento na amostra de

escolas, de 150 para 170. Nesse sentido, foram abertas consultas aos delegados dos países participantes do Programa, que devem se manifestar até 20 de fevereiro de 2022.

A convite do Secretariado, o Embaixador Carlos Marcio Cozendey presidiu a sessão "Harnessing regional integration for industrialization: lessons from Africa, Asia, Latin America and the Caribbean", que tratou de integração regional e industrialização, na 17ª reunião plenária da Iniciativa de Diálogo Político sobre Cadeias Globais de Valor, Transformação Produtiva e Desenvolvimento do Centro de Desenvolvimento da OCDE, realizada entre os dias 16 e 19 de novembro.

O secretariado do Grupo de Trabalho sobre Segurança na Economia Digital, do Comitê de Políticas de Economia Digital da OCDE, circulou, para conhecimento e comentários até 24/12/2021, quatro minutas para revisão de recomendações, com a finalidade de atualizar o marco normativo na área de segurança digital: OECD/LEGAL/0415 (aderido pelo Brasil em 2018); 0289 (adotada em 1997 e da qual nenhum país não membro da OCDE é parte); 0353 (o Peru, é o único país não membro que aderiu ao instrumento, adotado em 2007); 0456 (aderido pelo Brasil em 2019).

4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO REALIZADAS EM DIVERSOS NÍVEIS

Dentre as principais ações de interlocução realizada no trimestre, listamos as de maior destaque:

- **ABIQUIM:** Seminário Abiquim de Tecnologia e Inovação 2021;
- **APEX/CAMEX:** Agenda OCDE;
- **OCDE, SETORIAIS, BCB, BB, CAIXA, BNDES:** palestra OCDE ao Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19;
- **OCDE:** Conferência Ministerial (Paris) e Simpósio Government Green - Desafios Climáticos e ambientais;
- **CNI:** Agenda OCDE;
- **SEME/SG:** participação em reunião do Comitê Gestor e em Ciclo de Webinários;
- **ENAP:** realização do Ciclo de Webinários Temáticos 2021-2022;
- **IPEA:** lançamento de Cadernos "O Brasil na OCDE: Compras Públicas e Investimentos";
- **DELBRASPAR:** Agenda OCDE.

DESTAQUES DO TRIMESTRE

Reunião anual do Conselho Ministerial (MCM) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A Reunião do Conselho Ministerial (MCM) é o fórum de mais alto nível da OCDE e conta com a presença de ministros das finanças, relações exteriores, comércio e outros departamentos governamentais de países membros e parceiros da Organização, bem como representantes de outras organizações internacionais. Sob a presidência dos Estados Unidos, com Coreia do Sul e Luxemburgo como vice-presidentes, os membros se reuniram para discussões em torno do tema "Valores Compartilhados: Construindo um Futuro Verde e Inclusivo". Durante a MCM, os ministros trataram dos seguintes temas:

- a) Painel de Indicadores para Orientar uma Recuperação Pós-Covid-19 Forte, Resiliente, Verde e Inclusiva;
- b) Painel Preliminar do Programa Internacional de Ação sobre o Clima (IPAC);
- c) Quadro de Políticas para Governança Pública com Perspectiva de Gênero; e
- d) Relatório sobre a Implementação da Recomendação do Conselho sobre Política Integrada de Saúde Mental, Competências e Trabalho.

A delegação brasileira enfatizou "a consonância do país com os princípios e valores fundamentais da OCDE" e ratificou que o Brasil "está comprometido com o objetivo de iniciar sua acessão como membro

pleno da Organização”. No que diz respeito a sinalizações concretas sobre o início do processo de acesso, destaca-se a indicação de disposição dos EUA, expressa pelo Secretário de Estado Antony Blinken, em engajar com os demais membros em busca de solução para as candidaturas. O Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann, por sua vez, afirmou que vai realizar consultas nas próximas semanas sobre um plano para entrada de seis novos membros, incluindo o Brasil, na entidade.

Ciclo de Webinários Temáticos 2021-2022

O ciclo de webinários tem o objetivo de aprofundar debates sobre temas relevantes a fim de subsidiar as discussões no âmbito do Comitê Gestor Brasil-OCDE. Coordenados pela Casa Civil, por meio da SEREX, e realizados com o apoio da ENAP, serão ao todo onze webinários com participação plurissetorial e convidados internacionais. O primeiro foi realizado no dia 28 de outubro e teve como tema “Centro de Governo e Iniciativas na Promoção da Integridade Pública”, e contou com painéis da Controladoria Geral da União e da Divisão de Integridade da OCDE.

Em novembro, no dia 24, ocorreu o webinário sobre “Centro de Governo e Transformação Digital”. O encontro teve por objetivo apresentar algumas das principais ações do governo federal sobre o tema (tanto as já implementadas quanto as planejadas para os próximos anos), bem como das melhores práticas internacionais na perspectiva da OCDE. Participaram do evento, além da OCDE, representantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Secretaria Especial de Modernização do Estado (SG/PR).

Reuniões do Comitê de Políticas Ambientais (EPOC)

Primeira sessão regular do Comitê de Políticas Ambientais (EPOC) em 2021, com foco para: (a) apresentação do projeto horizontal sobre “*Low-carbon Economy*”; (b) discussões sobre Green Recovery Database; (c) discussões sobre implicações ambientais decorrentes da pandemia; (d) como o EPOC pode ajudar os países a promover uma recuperação verde alinhada com as prioridades nacionais; (e) outros negócios, como o projeto IPAC, proposto pela Delegação Francesa. Objetivos: discutir as prioridades do novo biênio (2021/2022), de modo a refletir sobre os principais desafios nacionais para, assim, orientar as áreas de análise a serem enfatizadas pelo EPOC.

Quatro áreas foram selecionadas para discussão: (a) emergência e disseminação de doenças zoonóticas; (b) economia circular e recuperação verde; (c) justiça ambiental; (d) finanças sustentáveis. Entre outros objetivos, o Comitê buscou alinhar pontos centrais da organização da reunião do EPOC a nível ministerial, proposta para o início de 2022, sob a temática: “*Environmental Policy in a Post-COVID-19 World: Ensuring a Resilient and Healthy Environment for All*”.

Artigo na Revista Interesse Nacional sobre “Oportunidades do Brasil rumo à OCDE”

A Revista Interesse Nacional foi criada com o objetivo de fomentar o debate sobre a inserção do Brasil no mundo para fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento. A 55ª edição (out-dez de 2021) destacou o papel das instituições da sociedade civil e os modelos econômicos em debate no Brasil pós-pandemia. Nesse sentido, contou com artigo da SEREX sobre “Oportunidades do Brasil rumo à OCDE”, que destacou benefícios mútuos da acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O artigo da SEREX seguiu as orientações da estratégia de governo relativa à preparação e ao acompanhamento do processo de acesso do Brasil à OCDE, bem como a política de comunicação integrada e articulada dos órgãos representados no Conselho Brasil-OCDE nos assuntos relativos à

preparação e ao acompanhamento do processo de acessão, com o objetivo de ampliar o conhecimento e o engajamento da sociedade brasileira com os temas discutidos na OCDE.

Cadernos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasil na OCDE

Os Cadernos do IPEA Brasil na OCDE apresentam informações sobre o tratamento de um tema específico na OCDE, destacando as discussões em seus comitês e grupos de trabalho, bem como os instrumentos relacionados ao tema. Também abordam a situação brasileira frente aos instrumentos e os desafios a serem superados. A professora de Economia da FGV e pesquisadora associada da Cepal e do IPEA, Vera Thorstensen, apresentou o Caderno Brasil na OCDE – Investimento. O Caderno de Compras Públicas foi apresentado pelo pesquisador do IPEA, Felipe Giesteira. Esses Cadernos contam com o apoio da SEREX/CC, pois buscam ampliar as informações disponíveis aos membros do Governo e a toda a sociedade brasileira sobre temas relevantes discutidos naquela Organização com vistas a elevar o engajamento do Brasil com a OCDE.

O mundo após a pandemia: o papel da OCDE

Com a aceleração da vacinação e a redução nos casos e óbitos, o Comitê de Crise instituído pelo Decreto nº 10.277 passou a organizar uma série de palestras com o intuito de avaliar como a pandemia da Covid-19 impactará a condução das diversas políticas públicas geridas pelos ministérios e órgãos federais para o período pós-pandemia. A palestra da OCDE sobre o mundo após a pandemia foi proferida pelo Dr. Andreas Schaal, Diretor de Relações Globais da Organização, e destacou: (i) situação mundial antes da pandemia: históricos dos avanços significativos verificados ao longo dos anos; (ii) informações sobre o enfrentamento global da pandemia; (iii) cenários sobre as perspectivas até 2022, destacando a previsão de não recuperação total dos efeitos econômicos da pandemia; e (iv) o papel da OCDE: troca de experiências; busca de melhores práticas e incentivo a reformas que produzam um crescimento sustentável. O Dr. Schaal também citou o trabalho da OCDE “Construindo uma recuperação resiliente”, em que são apresentadas medidas de políticas públicas para o pós-pandemia.

OCDE – Proteção de Dados

A OCDE desempenha um papel central no desenvolvimento de políticas de proteção de dados pessoais. As Diretrizes de Privacidade da OCDE de 1980 (atualizadas em 2013) foram os primeiros princípios de privacidade acordados internacionalmente. Além disso, tem desenvolvido trabalhos com o objetivo de elaborar um conjunto de boas práticas comuns e coerentes e garantias legais de todos os países da OCDE para melhor conciliar as necessidades de aplicação da lei e segurança nacional de dados com a proteção dos direitos individuais.

No início de 2021, o governo brasileiro participou das discussões sobre a elaboração de uma nova recomendação sobre “acesso e compartilhamento de dados”, por meio do MCTI, MCOM, ANPD, ME, MRE GSI e CGU. A recomendação traz importantes princípios sobre fluxo de dados, tanto doméstico como transfronteiriço, inclusive no que se refere à proteção de dados pessoais. O Brasil já solicitou adesão a Recomendação sobre Acesso e Compartilhamento de Dados.

* * *